



## Conselho Municipal Para Assuntos da Pessoa com Deficiência

### REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (COMDEFI) ATA N° 39 – 19 de Fevereiro de 2021

Aos dezanove dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e um, às 14h, foi realizada a trigésima nona reunião Ordinária do Conselho Municipal para assuntos da pessoa com Deficiência de Indaiatuba, através de uma plataforma de internet, devido aos critérios de distanciamento social, sob a presidência do Sr. Ricardo Ferreira da Silva, e com a presença dos seguintes Conselheiros: Edvane Lopes, Guilherme Bergamo, Aparecido Magno, Augusto Cezar Barbosa, Graziela Fazolin, Janaina Carotti, Joyce Hayashida, Lucas da Costa, Patricia de Souza, Claudio de Barros, Jennifer Grebmov, Milena Parisotto. Ricardo deseja boas vindas aos novos conselheiros, e pretende fazer um trabalho mais atuante na cidade, pois sente que há muito a fazer em defesa das pessoas com deficiência, e para isso conta com o apoio e união de todos os membros para uma gestão mais firme e inovadora, ter projetos é importante, porém ter ações mais efetivas diante das dificuldades diárias de acessibilidade em nossa cidade é nosso dever. Logo em seguida iniciou a reunião dentro do cronograma de pauta, o segundo assunto foi o esclarecimento sobre o Regimento Interno, as dúvidas sobre as ações do Comdefi, e qual é a sua participação diante da sociedade, e os serviços prestados para pessoas com deficiência, Edvane fez uma breve explanação sobre a importância do Conselho. O terceiro assunto da pauta, sobre o Cronograma de atividades (VI Simpósio, 21ª Semana dos Direitos da pessoa com deficiência), foram colocados vários questionamentos em relação ao momento delicado de isolamento que estamos vivendo. A Joyce sugeriu que o Simpósio fosse realizado de maneira presencial com limites de participantes e online, e se colocou a disposição de solicitar a sala Acrisio Camargo, por ter um espaço maior. Guilherme também colocou como sugestão o Auditório da Unimax, pois seria o local do Simpósio de 2020. Milena sugeriu que isso fosse uma pauta para as próximas reuniões, pois ainda não sabemos como serão adotados os novos protocolos de distanciamento, diante disso Sr. Ricardo sugeriu a data de 18 de Junho de 2021, sendo aprovada por todos os presentes. O assunto seguinte, quarto da pauta, foi sobre o incentivo Fiscal PRONAS/pcd, arrecadação feita pelo imposto de renda física e jurídica para as OSCs que trabalham diretamente com pessoas com deficiência, um sistema do Ministério da Saúde, e o pagamento feito através de projetos enviados, mas é necessário de uma fiscalização através do Comdefi, Sr. Ricardo que está com reunião agendada com o prefeito Nilson Gaspar, irá levar esse assunto, pois é de extrema importância para patrocínio de projetos que auxiliam no desenvolvimento e inclusão da Pessoa com deficiência. O quinto assunto da pauta, quanto ao protocolo de volta as aulas foi sugerido pela Milena, que diante do comunicado do Espaço Avançar compartilhado no grupo de whatsapp do COMDEFI pela conselheira Lilian Garbin em 04/02/2021, bem como de algumas queixas de ausência de um protocolo único, de insuficiência de profissionais de limpeza e de falta de equipamentos de proteção individual, manifestou preocupação com a insegurança do ambiente escolar, não só para as crianças com deficiência, como para as demais crianças e servidores públicos. Joyce Hayashida, representante da secretaria de educação, explicou que os gestores de cada escola receberam um treinamento e uma base para elaboração do protocolo de acordo com a

realidade de cada unidade. Os protocolos foram passados para aprovação do Ministério Público, mas ainda não haviam retornado. A vigilância sanitária também havia inspecionado as unidades escolares para uma avaliação dos protocolos criados por cada unidade, mas ainda não havia saído nenhuma resposta. Reforçou que as informações são de suas coordenadoras, mas não sabe como estão os procedimentos para receber as crianças com deficiência e que foi orientada de que o COMDEFI deve apresentar seus pedidos de esclarecimento por meio de ofício, de forma a manter tudo documentado. Informou que no momento as aulas não são obrigatórias, e que a partir de Março, entrando na fase amarela, as aulas serão obrigatórias, e que todas as crianças com deficiência, bem como todas crianças que fazem parte do grupo de risco, provenientes de outras doenças, como pulmonar, precisam assinar um termo de responsabilidade para frequentar as aulas. No caso das crianças com deficiência será exigido também a apresentação de laudo médico. Disse ainda que as escolas da rede Municipal tem se esforçado bastante para atender os critérios de Higienização, mas que a limpeza das escolas é feita por uma empresa terceirizada, chamada Guima, e que a disponibilização de mais funcionários está amarrada as cláusulas do contrato de licitação com a empresa. Milena reconhece a dificuldade de se criar soluções em um momento de pandemia, e disponibiliza para os membros do conselho um parecer do ministério da educação e um estudo feito pelo Instituto Rodrigo Mendes sobre os protocolos adotados em 23 países que já retomaram as aulas. Disse que seu intuito no conselho é contribuir com a causa PCD propondo soluções, e que o material compartilhado pode auxiliar a secretaria a fim de evitar que não sejam impostas novas barreiras as crianças com deficiência. Ela reforça que nem toda deficiência implica em uma comorbidade, embora alguns estudantes estejam dispensados de seguir o protocolo padrão, como é o caso do uso de mascara por pessoas com deficiências sensoriais. A exigência da assinatura de um termo de responsabilidade e apresentação de laudo médico para as crianças com deficiência é discriminatório dentro dos direitos da inclusão, pois uma vez matriculados na rede regular de ensino a tratativa dos estudantes deve ser igual para todos, e o ambiente de convivência entre as crianças é único, devendo ser seguro para todos, sendo indispensável os materiais de proteção individual e a higienização continua, essa questão em colocar a responsabilidade com o termo, é uma pressão desnecessária, pois os familiares já vivem em um momento difícil sem atividades habituais da Rotina da criança. Joyce irá conversar diretamente com a sua coordenadora, pedindo mais esclarecimentos, pois como conselheira e de importância nessa questão de retorno às aulas, manter o Conselho informado sobre o novo Protocolo do Ministério Público e da Vigilância Sanitária, Milena fará ofício para a Prefeitura em nome deste conselho. Aparecido também está aguardando o Novo protocolo Municipal para o retorno das aulas de atividade Física e disse que o material compartilhado pode auxiliá-lo na elaboração de um protocolo seguro e inclusivo. Seguindo para o sexto assunto, o censo, Ricardo solicitou a empresa de transportes SOU, e o que puderam informar no banco de dados, foi que atualmente 3409 pessoas fazem uso do cartão ped na cidade de Indaiatuba, e que o último censo realizado na cidade foi em 2010, e está totalmente defasado, Jennifer falou sobre a solicitação de uma Central de LIBRAS para o município, assim a pessoa com deficiência auditiva, terá um atendimento com acessibilidade garantido por lei, mas para isso a exigência que houvesse uma demanda para utilização desse serviço, e a justificativa da reusa é o investimento alto, Jennifer explicou que diante disso, é de extrema importância um censo atualizado, mais detalhado, especificando o grau da deficiência auditiva, pois existem as variantes, e que baseados em números antigos, uma média de 3.000 pessoas precisariam utilizar dos serviços da Central de LIBRAS, e o que dificulta muitos não são atendidos em organizações, e ficam em suas casas, sem atividades adequadas, uma sugestão seria um banco de dados para um cadastro para que as pessoas pudessem preencher. ou

realmente um censo do IBGE atualizado e bem especificado, para que os projetos de inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência seja de qualidade, e um trabalho de conscientização da população de maneira mais direta e atuante. Jennifer aguarda a resposta da vereadora Silene sobre o andamento de uma nova solicitação da Central de LIBRAS. Sem mais a declarar, Ricardo encerrou a reunião, eu Edvane Lopes lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos, será assinada por mim, e pelo presidente.

*RICARDO FERREIRA DA SILVA.*

Ricardo Ferreira da Silva  
Presidente Comdefi

Edvane Ferreira Lopes  
Segunda Secretária